

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MODELOS EXPLICATIVOS DA ECONOMIA COLONIAL BRASILEIRA: UM PROBLEMA HISTORIOGRÁFICO

Bruno de Macedo Zorek

Bolsista de pós-doutorado FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia)

Instituto de História Contemporânea – Universidade Nova de Lisboa

bruno.zorek@gmail.com

Resumo:

A economia do Brasil colonial é um tópico constantemente visitado pelas historiografias brasileira e brasilianista. Dos balanços sobre o tema, um exemplo de destaque é a apresentação que J. Fragoso e M. Florentino (2001) fazem dos modelos explicativos da economia colonial elaborados por C. Prado Jr., C. Furtado, F. Novais, C. F. Cardoso e J. Gorender. Nesse trabalho, Fragoso e Florentino recuperam os pontos fortes de cada interpretação, mas também apontam suas fraquezas e inconsistências. Com esse movimento, a dupla de historiadores tanto presta homenagens aos seus antecessores quanto procura se diferenciar deles. Seu propósito é demonstrar que os modelos anteriores, embora relevantes, falham em explicar uma série de problemas levantados pelas pesquisas da dupla. Como qualquer historiador faria, eles se apropriam daquilo que lhes é útil na historiografia e se afastam do que não é, sempre tendo como foco compreender melhor a economia colonial. Geralmente, a produção contemporânea sobre o assunto adota estratégias semelhantes: o problema central é a economia do passado e os debates sobre os modelos explicativos são um caminho para acessar tal problema. Exemplos incluem: os estudos de J. Pires e I. da Costa (1995, 2000), as críticas de E. Mariutti (2001) a Fragoso e Florentino, os artigos de F. Pesavento e T. Gil (2005) e de J. P. de Souza (2008) ou desenvolvimentos posteriores das ideias de J. Fragoso (2012). Todos esses textos discutem os modelos explicativos, debatendo e buscando superar a historiografia prévia, para finalmente apresentar maneiras mais consistentes de se compreender a economia colonial.

Em diálogo com essa produção, mas invertendo suas prioridades, iniciei uma pesquisa sobre os modelos explicativos em questão na qual a economia colonial, em vez de ser o objeto principal, é tomada como acesso para se discutir a produção historiográfica. O primeiro objetivo dessa pesquisa é investigar o desenvolvimento e consolidação de cada modelo, as críticas e reformulações que sofreram, as eventuais superações impostas por interpretações mais sofisticadas e, inclusive, possíveis retornos promovidos por novas perspectivas. O segundo objetivo é examinar os emaranhamentos desses modelos com o pensamento econômico e com as políticas econômicas brasileiras de cada contexto, em especial os planos econômicos. A partir das tradições da história da historiografia e da sociologia dos intelectuais, a intenção é abordar esses problemas a partir de uma entrada dupla, que examine os modelos tanto de acordo com os debates intelectuais correspondentes quanto em função das condições sociais de sua produção e circulação. Com o intuito de refinar o desenho da pesquisa, a proposta desta comunicação

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

é discutir as problemáticas, a metodologia e os instrumentais teóricos adotados no projeto em questão.

Palavras-chave: Modelos explicativos da economia colonial brasileira; Historiografia brasileira; Pensamento econômico brasileiro.

* * *

O objetivo desta comunicação é apresentar, discutir e aprimorar um projeto de pesquisa recém-iniciado.¹ Portanto, menos do que discorrer sobre resultados, a intenção é colocar em debate a problemática e as estratégias teóricas e metodológicas formuladas para a realização da investigação. O projeto em questão assume como objeto de análise principal alguns dos mais importantes modelos explicativos da economia colonial brasileira, elaborados ao longo dos séculos XX e XXI. Contudo, diferente da abordagem mais convencional sobre o tema, na qual as reflexões sobre esses modelos têm como foco explicar as características econômicas da América portuguesa,² aqui a proposta é investigar as condições sociais de produção, circulação, consolidação, apagamento e eventual recuperação desses modelos nas histórias da historiografia e do pensamento econômico. Nesse sentido, em vez de buscar compreender o passado colonial com a ajuda da história econômica contemporânea, a tentativa é refletir sobre as trajetórias tanto dos modelos quanto de seus autores, atentando especialmente para a produção e a transformação das representações do passado correspondentes.

Para a realização desta pesquisa, foram selecionados seis modelos explicativos. O primeiro é a teoria dos ciclos econômicos, que divide a economia da América portuguesa em fases relacionadas aos produtos dominantes na pauta de exportações do território. Conforme essa interpretação, a América portuguesa teria passado por um ciclo do pau-brasil, um do açúcar, um do ouro e diamantes, um breve ciclo do algodão e, finalmente, um do café – este último se estendendo para os períodos imperial e republicano do Brasil.

¹ Esta pesquisa é financiada por fundos nacionais portugueses através da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia), I.P., no âmbito dos projetos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020.

² É o caso, por exemplo, da obra conjunta de João Fragoso e Manolo Florentino (2001), também os estudos de Júlio Pires e Iraci da Costa (1995, 2000), as críticas de Eduardo Mariutti, Luiz Paulo Noguez e Mário Danieli Neto (2001) aos já mencionados Fragoso e Florentino, os artigos de Fábio Pesavento e Tiago Gil (2005) e de João Paulo de Souza (2008) ou, ainda, desenvolvimentos posteriores das ideias de Fragoso (2012).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Esboçada inicialmente pelo historiador português João Lúcio de Azevedo (1929), essa teoria amadureceu com o trabalho do economista brasileiro Roberto Simonsen (1937).

O segundo modelo selecionado explica a colonização do Brasil por Portugal como um processo cujo "sentido" seria manter o território estruturalmente subordinado à Europa, servindo como fornecedor de produtos primários para as economias mercantis e industriais. Uma das principais consequências desse sistema seria firmar para o Brasil uma posição estruturalmente dependente das economias mais robustas, pois, incapaz de desenvolver um mercado interno suficientemente forte para sustentar o seu próprio crescimento, o território estaria subordinado às flutuações dos preços de suas "*commodities*" sobretudo na Europa – condição que continuaria se reproduzindo após a independência política (1822) e mesmo com o advento da república (1889). Originalmente desenvolvida por Caio Prado Jr. (1942), a teoria do "sentido da colonização" foi sofisticada e aprofundada por Celso Furtado (1967) e, mais tarde, por Fernando Novais (1983).

O terceiro modelo propõe a existência de um modo de produção específico para a colônia portuguesa na América, diferente daqueles elaborados por Karl Marx. Os historiadores Jacob Gorender (1978) e Ciro Flamarion Cardoso (1980) estabeleceram o conceito de modo de produção escravista-colonial, identificando no trabalho realizado pelos escravos o centro vital da economia colonial. Ao mesmo tempo, esses autores também foram os primeiros a dar maior relevância ao papel do mercado interno na estrutura econômica colonial, embora entendessem que as ligações com os interesses europeus fossem a tônica principal das atividades produtivas da América portuguesa. Nesse sentido, elaboraram importantes críticas ao modelo do "sentido da colonização" tanto no que diz respeito aos meandros do marxismo (problematizando a explicação da economia colonial fundada na circulação de mercadorias em vez da produção) quanto em relação às especificidades funcionais do mercado interno brasileiro.

O quarto modelo foi desenvolvido por Manolo Florentino (1997) e João Fragoso (1998). Suas teses individuais e suas parcerias de pesquisa (2001) indicam a possibilidade de que o Brasil possuísse um mercado interno forte e suficientemente autônomo no período colonial, radicalizando as posições de Gorender e Cardoso e, ao mesmo tempo, colocando em xeque as premissas fundamentais dos modelos explicativos anteriores,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sobretudo a teoria do "sentido da colonização". Além disso, esses historiadores demonstram, inspirados em Karl Polanyi, que os traficantes de grosso trato convertiam seus ganhos do comércio atlântico em propriedades fundiárias – uma atividade menos lucrativa do ponto de vista financeiro. Tal movimento revelaria o desejo dos traficantes de ascender simbolicamente através de um projeto arcaizante de sociedade, que lhes aproximaria de alguma forma da nobreza feudal europeia e suas grandes propriedades.

O quinto modelo tem em Luís Felipe de Alencastro (2000) um de seus mais proeminentes representantes. Embora não estabeleça um novo paradigma para as interpretações econômicas do período, esse modelo enfatiza o comércio atlântico, explorando sobretudo as lógicas próprias das conexões oceânicas. Nesse sentido, Alencastro e outros prestam a atenção não só ao comércio realizado por europeus e seus descendentes americanos, mas também para as movimentações de bens e pessoas no interior da África, procurando analisar os diversos e diferentes interesses, sobretudo dos soberanos africanos, que se mesclavam na grande rede de transações que atravessava o Atlântico.

Finalmente, o sexto modelo produz uma síntese entre as teorias contraditórias do "sentido da colonização" e do "arcaísmo como projeto". Por meio do conceito de capital escravista-mercantil, historiadores como Júlio Pires e Iraci da Costa (1995, 2000) procuram demonstrar que as descobertas empíricas das últimas décadas do século XX (e que sustentam trabalhos como, por exemplo, os de Fragoso e Florentino), mesmo provando a existência de um mercado interno razoavelmente autônomo na América portuguesa colonial, não são suficientes para eliminar e superar os poderosos vínculos com os interesses das metrópoles europeias.

Esse é um projeto previsto para ser realizado em três anos, mas existe a possibilidade de estendê-lo por até seis. Caso haja tal extensão, um novo objeto será acrescentado à pesquisa: os planos econômicos elaborados pelos governos brasileiros a partir da década de 1930. Os modelos da economia colonial são representações do passado que, em alguma medida, informam os diagnósticos dos problemas enfrentados pelo Brasil contemporâneo, sobretudo tendo em vista os legados negativos deixados pelo passado colonial que continuaram se reproduzindo. Os planos econômicos, por sua vez, são representações do futuro que tanto projetam um país melhor quanto pretendem

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

solucionar, senão todos, ao menos uma parte dos problemas herdados do passado. Nesse sentido, mesmo que de maneira não sincronizada e com diversas mediações provocadas pelos trânsitos entre o mundo intelectual e o mundo da política, há um grande potencial heurístico no cruzamento desses objetos e na exploração das relações entre os modelos econômicos do passado e as projeções econômicas do futuro.

* * *

Esses modelos e, eventualmente, os planos econômicos serão analisados a partir de uma entrada teórica e metodológica dupla. O propósito desse procedimento é compreender as articulações entre textos e contextos sem reduzir as ideias às forças sociais nem desconectá-las de suas historicidades (BOURDIEU, 1996). Para tanto, será necessário, em primeiro lugar, estudar esses modelos e planos em relação aos seus respectivos contextos de produção, enfatizando as condições sociais em que eles foram desenvolvidos e circularam. No caso dos planos econômicos, é importante ressaltar sua qualidade de "presentificadores" do futuro, pois, quando eram anunciados e por contarem com a força do Estado, criavam adiantadamente a realidade que projetavam (KOSELLECK, 2006; BOURDIEU, 2007) – qualidades não compartilhadas pelos modelos da economia colonial. O foco da pesquisa será na reconstrução das trajetórias tanto dos modelos e planos quanto de seus autores (e padrinhos políticos, no caso dos planos) – fazendo uso de uma ampla variedade de fontes: biografias, memórias, correspondências, jornais, revistas acadêmicas e, sobretudo, um atento diálogo com os estudos da história social e da sociologia dos intelectuais e das elites. O objetivo é mapear as posições e as disposições de cada autor nos mundos intelectuais e políticos do Brasil, de Portugal ou de outros países, bem como avaliar a recepção de suas interpretações entre seus pares e o subsequente desenvolvimento de suas trajetórias.

Na segunda entrada, os modelos e planos serão relacionados às discussões específicas da historiografia, da economia e das políticas econômicas correntes em seus momentos de produção. Portanto, será uma análise dessas ideias através de seus próprios termos, conforme os valores vigentes nos respectivos campos intelectuais e levando em consideração os debates correspondentes nos mundos da política. As fontes para essa

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

segunda entrada são fundamentalmente as publicações desses próprios autores que apresentam sejam os modelos sejam os planos econômicos em questão, bem como os debates específicos da historiografia e da economia, contemporâneos às publicações originais, além de documentos produzidos pelos governos sobre suas políticas econômicas. Nos resultados da investigação, essas duas entradas serão consideradas em conjunto, porque, mesmo que elas possam ser teoricamente separadas, na prática, ambas essas dimensões estão emaranhadas.

É preciso notar também que essa seleção de modelos e autores foi pensada como um ponto de partida e privilegiou o entendimento contemporâneo de quais seriam as principais linhas de força e os nomes fundamentais da historiografia e da economia na história dos debates sobre a economia colonial brasileira (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001; SOUZA, 2008; FRAGOSO, 2012; MENDES, 2013; SALLES, 2017). Ao longo da pesquisa, um dos aspectos a serem considerados é a construção desse entendimento contemporâneo, bem como as variações internas de cada modelo, enfatizando a dimensão processual da produção do conhecimento. O mesmo vale para os planos econômicos, embora a ampla divulgação pública e os debates conduzidos seja pela grande imprensa seja por periódicos especializados no momento mesmo de publicização desses planos implicam desafios específicos para tratar do objeto. O processo de elaboração dos planos é diferente do caso dos modelos sobre o passado, sobretudo por ser geralmente um trabalho coletivo. Já sua divulgação gera impactos imediatos sobre o presente e o futuro, ao mesmo tempo em que mobiliza forças sociais e expectativas em torno do sucesso ou fracasso das propostas, enquanto os modelos sobre o passado são mais discretos em seus efeitos. Essas diferenças de natureza exigem tratamentos distintos para cada objeto.

* * *

A investigação que proponho é diferente, mas possui vínculos com os trabalhos que realizei durante o mestrado e o doutorado. Meu foco no mestrado foi a trajetória intelectual e política de Caio Prado Jr. e seus entendimentos, variáveis no tempo, sobre os papéis da história e dos historiadores (ZOREK, 2007). A metodologia empregada para entender sua trajetória e ler seus textos – e inclusive uma parte dos resultados da pesquisa

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

– são bastante úteis para pensar os autores e seus modelos sobre a economia colonial brasileira. No doutorado, estudei representações do futuro da cidade de São Paulo, produzidas em meados do século XX (ZOREK, 2019). Entre as representações discutidas no trabalho, havia alguns planos urbanísticos para a metrópole paulista. Ainda que haja diferenças em relação aos planos econômicos, tanto uns quanto outros projetam determinados futuros (e, portanto, os presentificam), contam com a força do Estado e mobilizam enormes energias e expectativas sociais. Sendo assim, o tratamento teórico e metodológico dispensado a esses planos urbanísticos pode ser aproveitado em algum grau para discutir os planos econômicos.

Minha principal preocupação no doutorado foi com a compreensão dos usos dos futuros de São Paulo para o avanço de agendas específicas de políticos, intelectuais e articuladores culturais. Nesse sentido, meu objetivo era compreender alguns problemas de um determinado presente histórico através de representações do futuro produzidas naquele contexto. Agora, em primeiro lugar, a proposta é estudar como certas interpretações do passado estão articuladas na consolidação de determinadas correntes historiográficas e do pensamento econômico. E, em segundo, repetindo a fórmula do doutorado, pensar as representações do futuro como elementos reveladores de questões das sociedades que as produziram. Portanto, esse novo projeto continua discutindo problemas construídos através de uma perspectiva que privilegia temporalidades deslocadas – tomando representações do passado e/ou do futuro como chaves interpretativas importantes para compreender problemas relacionados aos contextos de produção dessas representações.

A investigação aqui proposta se insere na tradição de trabalhos de história e sociologia das ciências sociais (MICELI, 1989; 1995) e procura dialogar de perto com a crescente área, no Brasil, da história da historiografia (cf., por exemplo, o periódico *História da Historiografia*). Pesquisadores diretamente vinculados a esses universos têm produzido diversos estudos sobre os autores dos modelos explicativos da economia colonial brasileira – por exemplo, Lidiane Rodrigues (2012), Paulo Iumatti (2007), Roberto Silva (2015), entre outros. Ainda vale destacar o recente trabalho de Eduardo Borges e Augusto dos Santos (2018), bem como o trabalho de Wesley Salles (2017), que se propõem a debater alguns dos modelos econômicos em questão a partir de um enfoque

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

historiográfico, com recortes valiosos para os objetivos aqui apresentados. A inovação aqui é justamente colocar lado a lado passados e futuros de um mesmo presente.

* * *

Como se chamou a atenção no início deste texto, a proposta aqui é apresentar um projeto de pesquisa e não resultados propriamente ditos. A expectativa é avançar na investigação de maneira "modular". A primeira fase será dedicada à análise de cada um dos modelos explicativos individualmente, produzindo monografias tanto sobre a estruturação interna desses modelos quanto sobre sua existência social, com foco nas trajetórias de seus autores. Depois disso, os seis modelos serão comparados entre si diacronicamente, enfatizando as estratégias de distinção mobilizadas por cada um para se diferenciar dos demais (por exemplo, as tentativas de afirmar a sua maior relevância quando comparado aos outros), bem como as configurações sociais que favoreceram ou prejudicaram determinados argumentos e autores em favor de outros. A terceira fase da pesquisa repete as estratégias da primeira, mas com a análise dos planos econômicos e a ênfase deslocada do passado para o futuro. A quarta fase repete a segunda, embora novamente tendo as políticas econômicas como foco. Finalmente, a quinta e última fase cruza modelos explicativos da economia colonial e planos econômicos do Brasil contemporâneo, procurando identificar as relações, diretas ou mediadas, entre essas interpretações e, também, entre o passado e o futuro. Esse desenho de pesquisa, além de organizar a investigação, procura permitir que, na eventualidade de haver uma paralização dos trabalhos, que cada fase funcione mais ou menos como um trabalho em si mesmo – ainda que o maior interesse esteja em completar toda a pesquisa.

Por um lado, essa investigação pretende ser uma contribuição relevante para a compreensão da historiografia sobre o Brasil colonial, especialmente em sua dimensão econômica. Por outro lado, e de maneira mais importante, a pesquisa pode renovar as percepções sobre as relações entre historiadores, economistas e governos no Brasil, bem como parte das relações entre passado e futuro que constituíram o país ao longo do século XX. Não é difícil identificar em diversos dos planos econômicos elaborados pelos governos brasileiros do período o recurso, mais ou menos mediado, a representações do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

passado colonial como instrumento para justificar determinadas escolhas, apostas e projeções. No entanto, a exata natureza dessas relações, como passado e futuro se articulavam, se havia ou não trocas diretas entre esses diferentes universos e outras questões relacionadas são temas ainda a serem investigado – e é isso o que se pretende fazer com esse projeto nos próximos anos.

* * *

Referência Bibliográficas

Alencastro, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

Azevedo, João L. de. *Épocas de Portugal Económico: Esboços de História*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.a (Filhos), 1929.

Borges, Eduardo J.; Santos, Augusto F. dos. "Considerações sobre um campo disciplinar: os principais modelos explicativos da economia colonial". In: *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 19, n. 30, 1º sem. 2018.

Bourdieu, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Cardoso, Ciro F. "As concepções acerca do 'sistema econômico mundial' e do 'antigo sistema colonial'; a preocupação obsessiva com a 'extração de excedente'". In: Lapa, José R. do A. (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

Florentino, Manolo. *Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Fragoso, João. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. "Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio". In: *História (São Paulo)*. São Paulo, v.31, n.2, jul/dez 2012.

Fragoso, João; Florentino, Manolo. *Arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1967.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Gorender, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

Iumatti, Paulo. *Caio Prado Jr.: Uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

Koselleck, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

Mariutti, Eduardo; Nogueiról, Luiz Paulo; Danieli Neto, Mário. "Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino". In: *Estudos Econômicos (São Paulo)*. São Paulo. v. 31, n. 2, abr./jun. 2001.

Mendes, Claudinei M. "Um estudo sobre a relação entre Caio Prado Júnior e Fernando A. Novais". In: *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*. Maringá. v. 35, n. 2, jul./dez. 2013.

Miceli, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil, vol. I*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989.

_____. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil, vol II*. São Paulo: Ed. Sumaré; Fapesp, 1995.

Novais, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1983.

Pesavento, Fábio; Gil, Tiago. "Conversa de surdos: Breve subsídio para o debate sobre a autonomia do mercado interno colonial". In: *VI Jornada Setecentista*. Curitiba, 2005.

Pires, Julio; Costa, Iraci da. "O capital escravista-mercantil". In: *Cadernos NEHD*. São Paulo, n. 1, 1995.

_____. "O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação". In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 14, n. 38, 2000.

Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. Martins, 1942.

Rodrigues, Lidiane S. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e "um seminário" (1958-1978)*. Tese (Doutorado em História Social) – USP. São Paulo, 2012.

Salles, Wesley D. "A quebra do paradigma "Sentido Da Colonização": notas sobre o debate historiográfico do Brasil Colonial, Antigo Sistema Colonial e Antigo Regime nos Trópicos". In: *Almanack*. Guarulhos, n. 15, abr. 2017.

Silva, Roberto P. *Celso Furtado, entre a história e a teoria econômica (1948-1959): uma interpretação historiográfica*. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP. São Paulo, 2015.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Simonsen, Roberto. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Cia. Ed. Nacional, 1937.

Souza, João P. de. "Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto: A superação de um dilema através do conceito de capital escravista-mercantil". In: *Estudos Econômicos (São Paulo)*. São Paulo, v. 38, n. 1, jan./mar. 2008.

Zorek, Bruno. *Concepções de sujeito e objeto do conhecimento na obra histórica de Caio Prado Jr.* Dissertação (Mestrado em História) – IFCH, UFRGS. Porto Alegre, 2007.

_____. *O futuro da cidade de São Paulo na década de 1950*. Tese (Doutorado em História) – IFCH, Unicamp. Campinas, 2019.